

O liberalismo está em apuros?

Is liberalism ceasing to exist?

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 54 a 60]

A atual crise que assola a economia norte-americana e vem se expandindo globalmente gera muita incerteza na economia mundial, e críticas duras vem sendo feitas à maneira como o governo Bush procura resolver o problema.

A presente análise oferece uma breve explicação das dinâmicas da crise, iniciada no mercado imobiliário, da explosão da bolha de créditos podres no mercado hipotecário e da expansão do colapso, afetando o sistema de créditos como um todo. Também trata da solução buscada pelo governo norte-americano. Em um último momento, retoma-se a questão do liberalismo: após se fazerem ouvir pronunciamentos freqüentes sobre o fim da era neoliberal é importante buscar o significado desta crise, se ela representa realmente uma retração do liberalismo e os cenários que podem ser desenhados.

A crise no sistema financeiro

O mercado imobiliário dos EUA sofreu grande expansão desde 2001, aproveitando-se das baixas taxas de juros que o FED (o Banco Central americano) propiciava (em 2003, por exemplo, os juros do FED chegaram a cair para 1% ao ano). O mercado de imóveis era bastante atrativo como forma de investimento, havendo grandes expectativas de valorização do mercado, além do uso de hipotecas, de forma a utilizar o dinheiro do financiamento. Era tal a demanda por imóveis devido às taxas baixas de juros nos financiamentos imobiliários e hipotecas, que crédito passou a ser concedido em situações com grande risco de inadimplência, o chamado crédito *subprime*, caracterizado por clientes de baixa

renda, com dificuldade de comprová-la e por vezes com histórico de não-pagamento.

O grande número de empréstimos *subprime* foi concedido porque, apesar do alto risco de inadimplência, estes empréstimos oferecem uma taxa de retorno mais alta, para compensar seu risco, sendo assim um investimento arriscado, mas que caso dê certo, pode oferecer maiores lucros. Em busca destes maiores rendimentos, gestores de fundos e bancos compram os títulos *subprime* das instituições que fizeram o primeiro empréstimo permitindo o empréstimo de uma nova quantia em dinheiro, antes mesmo da primeira concessão de crédito ser paga, sendo que isto pode acontecer ainda outras vezes, em uma cadeia de venda de títulos. O problema deste tipo de crédito é que se o tomador do empréstimo inicial não puder pagar sua dívida inicia-se um ciclo de não recebimento, gerando insegurança na compra desses créditos que pode levar, em última instância, a uma retração na concessão de créditos e assim, a uma crise de liquidez.

A partir de 2004 a taxa de juros subiu de 1% para 5,35%, aumento que encareceu o crédito e diminuiu a demanda por imóveis, sendo esta superada pela oferta. Conseqüentemente, os preços despencaram. Também cresceu a inadimplência de devedores, tendo como conseqüência o desaquecimento da economia norte-americana, pois menos liquidez (dinheiro disponível) significa menos consumo, menos lucros para as empresas e menos contratações.

Os créditos gerados nos EUA podem ser convertidos em ativos que vão render juros para investidores na Europa e outras partes do mundo,

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (bruxaman@gmail.com).

assim, no contexto de globalização financeira a crise americana influencia os mercados globais. O mercado imobiliário passou a reagir em pânico com o estouro da bolha especulativa e grandes empresas de financiamento imobiliário passaram a sofrer os efeitos da retração; a American Home Mortgage (uma das 10 maiores empresa do setor de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA), por exemplo, pediu concordata. Bancos como Citigroup, UBS e Bear Stearns também têm anunciado perdas e prejuízos decorrentes da crise.

Possibilidades de solução

Para George Friedman, há três visões possíveis sobre a atual crise. A primeira é que a atual crise financeira não tem solução, seja estatal ou de mercado. Isto porque recursos em excesso já foram esgotados e a crise tem muitas ramificações. Nesta visão um período longo de austeridade e disciplina é inevitável, pois a solução de mercado envolve um extenso período de depressão e políticas governamentais se mostrarão ineficazes, prolongando a crise mesmo que oferecendo alívio inicial. Os defensores desta visão não se engajam em soluções, acreditando que a situação está além de qualquer possibilidade de salvação.

O segundo ponto de vista defende a capacidade de ação do Estado, sendo uma solução autônoma do mercado já ineficaz neste problema. O mercado financeiro está na raiz do problema para os defensores desta visão, criando excesso de liquidez sem contrapartida na economia real. A solução, para este grupo, está na mobilização de recursos pelo Estado, que pode conter a crise, mesmo ela tendo sérias ramificações. A administração Bush defende esta solução, e o plano de injeção de 700 bilhões de dólares na economia norte-americana se inspira nela, escolhido por sua ação rápida e decisiva e apoiado pelo FED e pelo congresso.

O terceiro grupo argumenta, contrariamente, que a tentativa estatal de salvar o sistema financeiro por meio da mobilização de recursos é, na verdade, busca por poupar as instituições financeiras. Este grupo se subdivide em dois, uma parte defendendo

que apesar das profundas conseqüências, a crise tem solução sem ser necessário salvar os “culpados”, enquanto outra acredita que a crise é superdimensionada e o mercado se auto-regulará com a implementação de novas regulamentações.

Moral econômica e dilemas de ação coletiva

A terceira possibilidade de solução levantada anteriormente traz em questão o problema de se as instituições financeiras devem ser salvas ou não. O dilema existe por muitos acreditarem que a crise é devida a “mau comportamento” destas instituições, como a expansão de créditos de risco. As regras vigentes estabelecem que quando se investe em setores de risco, o lucro pode ser maior, mas o risco de perda é alto, demandando uma escolha entre segurança e lucro dos agentes econômicos. Quando se cria um plano de salvar as instituições financeiras, proporcionando-lhes créditos, se está garantindo a continuidade de instituições que agiram com imprudência e são, inclusive, responsáveis pela crise. É levantada a questão da justiça, de o contribuinte norte-americano ter de arcar com os custos de sustentar os “culpados” da crise.

A economia é um campo de estudos que se pretende, muitas vezes, ser pautado pela objetividade de uma ciência natural; entretanto, ela é caracterizada por decisões humanas situadas no tempo sobre a melhor forma de atingir determinados fins como a melhor forma de produção, troca, distribuição e consumo de bens, serviços e recursos disponíveis. Neste contexto, alguns temas são considerados como necessários pela grande maioria da literatura disponível, como a racionalidade dos agentes econômicos. Entretanto, mesmo com a premissa da racionalidade maximizadora que caracteriza os agentes econômicos na maioria das análises e estudos de economia, se admite que embora individualmente os agentes sejam racionais, quando se trata de ação coletiva, as soluções nem sempre são acordadas suavemente. Isto porque indivíduos ou grupos deles têm interesses diferentes, e mesmo se tivessem os mesmos interesses provavelmente o modo como desejariam atingir seus objetivos

seria diverso. O caso da crise financeira é um claro problema de ação coletiva. Num primeiro momento, a racionalidade maximizadora e individualista indicava que todos tendiam a investir no setor imobiliário pelas vantagens que ele oferecia, e isto se prolongou até o momento em que os agentes, individualmente, perceberam que aquele setor não poderia crescer muito mais sem a contrapartida da economia real no setor. Então se iniciou a fuga do setor imobiliário, sendo ela catalisada pela percepção, que todos os agentes possuíam, de que todos os outros estariam, assim como eles, racionalmente fugindo do mercado em questão.

Mesmo se prevendo a solução da crise o problema persiste, pois os agentes econômicos, confrontados com uma mesma situação no futuro, devem agir exatamente da mesma maneira. Isto não porque os empresários e os demais agentes econômicos sejam bons ou maus, mas porque eles têm que sobreviver e, para isto, buscam a melhor escolha no contexto que lhes é oferecido.

Ao solucionar o problema investindo centenas de bilhões no mercado, o governo americano pode estar incentivando o mesmo comportamento no futuro, ações de risco por parte dos agentes econômicos, que sabem que se suas perdas forem danosas à economia como um todo, eles serão salvos. Recompensar erros pode não ser a saída de maior valor moral não somente por seu valor intrínseco, mas pelo que incentiva no longo prazo. Para minimizar o incentivo do comportamento de alto risco, na solução da crise deve estar inserida a aquisição de partes das companhias sendo salvas pelos salvadores, no caso, pelo governo norte-americano. Isso garante que, quando estiverem novamente fortes, os ganhos destas não companhias serão distribuídos somente entre os responsáveis pela crise.

Não se pode afirmar que a aprovação do plano de 700 bilhões, um pouco alterado do que era a proposta inicial da administração Bush, pelos parlamentares norte-americanos não seja a solução mais racional. O congresso se encontrava sob pressão devido à aproximação das eleições, sendo os contribuintes descontentes com um plano que lhes irá custar muito bem distante do perfil de eleitores

desejados pelos parlamentares. Por outro lado, eles também eram coagidos pelo conhecimento de que, a cada instante, a não aprovação do plano de ajuda desacreditava mais a economia americana, multiplicando, por meio das percepções dos agentes, os efeitos da crise. Há exemplos anteriores de crises solucionadas da mesma maneira como esta pretende ser resolvida que demonstram a recorrência do comportamento gerador da crise, mas o que mais se poderia fazer?

O liberalismo

Etimologicamente, liberalismo refere-se à liberdade, sendo que o posicionamento liberal privilegia noções de liberdade e tolerância sobre justiça e intervenção. O liberalismo inclui duas posições políticas: uma pró-individualista, de pessoas e governo, conservadora e economicamente liberal que pode ser chamada de liberalismo clássico ou neoliberalismo, e outra, pró-estatal, ou social-democrata: o liberalismo moderno ou novo liberalismo. O liberalismo moderno enfatiza a pluralidade, tolerância e justiça, além da criação de oportunidades por meio de processos políticos e pelo Estado, que acreditam dever ser ativo e intervencionista garantindo a igualdade de oportunidades, a exemplo de John Stuart Mill. Esta ênfase na igualdade é criticada pelos liberais clássicos, defendendo que se a distribuição de talentos é desigual, tentativas de reduzir esta diferença ferem o princípio da liberdade dos mais talentosos ao buscarem seu sucesso.

O liberalismo defende a tolerância para com os outros seres humanos, a liberdade em outros setores da vida humana que não o político (*a res publica*). A vida privada dos indivíduos deve ser livre, inclusive para errar, podendo os indivíduos aprender com seus erros ou viver na ignorância se assim desejarem; os liberais vêem com desconfiança os técnicos e especialistas interferindo nos assuntos dos outros. A vida deve, em resumo, ser auto-orientada, e não seguir um caminho imposto. Mas como se garantir as condições nas quais se pode desenvolver esta vida?

Otimistas, os liberais derivam uma noção de natureza humana embasada filosoficamente na teoria

de Locke (*Ensaio sobre o entendimento humano*), de que as pessoas nascem sem idéias inatas e o ambiente, experiências e a criação os moldam; o que implica para os liberais em rejeição do elitismo e de hierarquias políticas naturais ou dinásticas. Todo indivíduo tem potencial para se desenvolver, e aí se inserem as instituições, necessárias para proteger as liberdades negativas para os clássicos (direito de defesa contra agressões e roubo) e as liberdades positivas para aos modernos (direito a certo padrão de vida). Se as instituições não funcionam de acordo com sua função, de defender certos princípios liberais, elas devem ser reorganizadas, para beneficiar a maioria (grande parte dos pensadores liberais defende o *utilitarismo*).

Liberais modernos ou clássicos se embasam em teorias contratualistas para enfatizar a liberdade individual e a defesa das condições necessárias para o desenvolvimento pleno humano. Isto não implica que liberais acreditem que o contrato social aconteceu em algum momento, mas se trata de um modelo que apresenta critérios que acreditam ser necessários para o estabelecimento da sociedade e, por eles, justificam o papel do Estado. O Estado liberal tem o dever da imparcialidade e, assim, tratar os indivíduos igualmente, avaliando o que é moral com neutralidade (suposição criticada por não liberais, pois a pretensa neutralidade do Estado liberal corresponde a interesses de grupos específicos). Esta posição do Estado permite liberdade para os indivíduos, iguais perante a lei e o Estado, busquem realizar sua vida como desejarem, com direito à propriedade. Liberais modernos tendem à defesa de governos mais interventores, que produzam o ambiente político favorável ao desenvolvimento humano, defendendo o papel de reformas mais do que liberais clássicos ou conservadores. O ambiente político favorável não tem significado estabelecido, pode ser a garantia da paz, do livre mercado, de diálogo e compreensão multiculturais, implementados globalmente, para uma sociedade mundial por meio de instituições, e não unilateralmente.

Além das divergências sobre o que define liberdade, os liberais se diferenciam quanto ao significado da propriedade privada e da ordem de mercado.

Para os clássicos, liberdade e propriedade estão intimamente ligadas, sendo o sistema de propriedade privada o único consistente com a liberdade individual e a ordem de mercado a cristalização da liberdade (há todo um espectro de visões acerca do tema, entre o liberalismo extremo quase anarquista até aqueles que dedicam papel especial para o Estado em políticas sociais e econômicas, mas os neoliberais concordam sobre a importância fundamental da propriedade privada em uma sociedade livre). O novo liberalismo questiona a ordem de mercado baseada na relação íntima entre propriedade e liberdade pessoais. Esta visão adquiriu força no final do século dezenove e início do século vinte, quando o livre mercado não provia um equilíbrio sustentável, devido em grande medida às experiências da Primeira guerra Mundial. A descrença no mercado aumentava a confiança no Estado supervisor, eleito democraticamente e, portanto, representativo dos desejos da comunidade social.

Têm-se levantado comparações entre a atual crise e a crise de 1929, os desdobramentos desta última podendo ser estendidos a fatos de grandes dimensões como o fim do Império Britânico e a II Guerra Mundial. Também se fazem previsões do modo de vida do Ocidente entrando em colapso, marcando o fim do liberalismo. Entretanto, a crise, apesar das dimensões globais que possui devido à globalização do sistema financeiro, ocorre nos EUA, e o salto disso à conclusão do fim do liberalismo é demasiado apressado. Primeiramente é preciso analisar se a crise é uma crise liberal, isto é, se as instituições liberais estão em crise. A conjuntura atual tem raízes em políticas que contrariam a proposta liberal clássica, existindo críticas às políticas econômicas dos EUA e da União Européia, que têm permitido a emissão exagerada de moeda fiduciária para a manutenção de seus déficits. Esta prática demonstra um sistema marcado pelo desequilíbrio e pela emissão descontrolada de dinheiro para sustentá-lo, possibilitando o surgimento de instituições bancárias "podres", amparadas no crédito barato.

A solução liberal clássica, de permitir simplesmente que os falidos quebrem não é viável neste momento, pois isto implicaria perdas muito duras

para todo o sistema. O sistema financeiro necessita de mais crédito e uma intervenção neste momento pode gerar inflação e enfraquecimento do dólar, mas uma recessão pode ser superada como foi em casos semelhantes anteriores. Empiricamente, a hipótese de inação do Estado norte-americano era improvável, pois tradicionalmente ele é interventor, não permitindo, em 75 anos, que numa situação de crise extrema o mercado defina os resultados por si só. A justiça parece propor que o melhor seja que cada um arque com as conseqüências de seus erros e de suas falências. Entretanto, as conseqüências da inação estatal podem ser maiores e o Estado deve garantir um ambiente propício ao desenvolvimento liberal da sociedade, no que concordam liberais modernos ou clássicos.

A crise atual não significa o fim do livre mercado, e muito menos do liberalismo, a questão é se o plano norte-americano terá sucesso e salvará a economia estadunidense, se isto será o suficiente para conter a crise global e não favorecerá um sistema de princípios que coloque a segurança e as garantias de sucesso antes da liberdade.

Combate à crise

Foi anunciada no início de setembro uma ajuda de até US\$ 200 bilhões do governo americano para as duas maiores empresas hipotecárias americanas, a Fannie Mae e a Freddie Mac. Isto porque elas possuem quase a metade dos US\$ 12 trilhões em empréstimos para a habitação nos EUA, sendo consideradas tão grandes e tão importantes para o sistema financeiro que sua falência provocaria enorme turbulência nos sistemas norte-americano e global (segundo secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson). Entretanto, o governo não ofereceu tal ajuda para o banco Lehman Brothers, mesmo este prevendo prejuízo de US\$ 3,9 bilhões e anunciando uma reestruturação além da busca de vender uma parte sua ao Banco de Desenvolvimento da Coréia do Sul, negociação que acabou sem acordo. O banco acabou declarando falência e proteção sob o Capítulo 11 (seção da legislação americana que regulamenta falências e concordatas).

Como medida emergencial para evitar uma desaceleração ainda maior da economia – que é movida pelo consumo – o presidente americano sancionou em fevereiro um pacote de estímulo que incluiu o envio de cheques de restituição de impostos a milhões de norte-americanos. Além disso, o parlamento americano aprovou o plano de ajuda financeira do governo, cujos principais pontos são:

- 700 bilhões de dólares serão destinados à ajuda financeira em etapas, sendo os primeiros 250 bilhões já autorizados;
- o secretário do Tesouro pode determinar os métodos de compra dos ativos, que incluem hipotecas residenciais ou comerciais e instrumentos relacionados originados até 14 de março de 2008 (bancos centrais ou instituições estrangeiras não participam do plano);
- o secretário do Tesouro deve responder regularmente a novo painel do congresso com poder de cuidado do plano;
- o governo deve obter parte das companhias que concedem a ajuda, de modo que o contribuinte possa participar dos lucros se as companhias se recuperarem, excetuando aquelas que obtiveram menos de 100 milhões em investimentos podres. Além disso, ao Tesouro adquirir parte de empresa, os 5 maiores executivos devem limitar sua compensação;
- executivos contratados após perda de 300 bilhões em ativos via leilão não podem obter os “golden parachutes” (acordo que prevê que os empresários devam ser beneficiados no caso de a empresa ser comprada e eles dispensados);
- o FED pode pagar juros em reservas bancárias a partir do 1º de outubro, minimizando a crise de crédito;
- o tesouro deve criar projeto de estudo sobre padrões de contabilidade do mercado (criticados como culpados pela crise dos ativos) e programa alternativo de seguros para os empréstimos problemáticos que seriam pagos às companhias participantes;

- o governo federal pode estabelecer procedimentos de execução de hipoteca em imóveis comprados sob o plano;
- se o governo perder por 5 anos no programa, o Tesouro deve criar plano de taxar as companhias participantes no plano para recuperar as perdas do contribuinte.

Há exemplo de planos de mesma natureza anteriores que funcionaram, como no caso da empresas aéreas após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, de empecilhos em vôos e ausência de crédito. O governo cedeu 10 bilhões de dólares recebendo parte nas ações das empresas em troca da ajuda, e no fim, o contribuinte acabou lucrando 300 milhões de dólares. A crise de Savings and Loans (S&L) dos anos 1980 e 1990 também foi marcada por crise de crédito além de fraude, e o governo estabeleceu a Resolution Trust Corporation (RTC), uma empresa que deveria cuidar dos ativos e tentar vendê-los. Esta operação foi revertida em 80% de lucro, grande sucesso para ativos falidos.

Estes exemplos de sucesso trazem otimismo para a solução da crise financeira, mas antes de se admitir que a solução está a caminho, é preciso levantar alguns pontos: a possibilidade de o plano implementado não funcionar persiste, visto que a atual crise tem magnitude muito maior do que os exemplos citados; a questão de como devem ser distribuídos os fundos, entre quais companhias; e, finalmente, a justiça desta solução, distribuindo os custos de poucos agentes amplamente entre os contribuintes.

Repercussões

Segundo Dominique Strauss-Kahn, diretor geral do FMI, a economia mundial deve sofrer desaceleração como um todo, havendo a possibilidade de desaparecimento de muitos atores do mercado, como bancos de investimentos independentes, o que, por sua vez pode causar grande retração no sistema financeiro. A Europa pode adquirir maior grau de autoridade moral e influência financeira, enquanto o receio de se investir na economia norte-americana pode enfraquecer o dólar ainda mais, aumentando a

inflação e a dívida dos EUA, aumentando o custo de vida para a população norte-americana.

Uma redução na demanda norte-americana pode ocasionar redução no crescimento asiático, o que reduziria a renda destes países, provocando diminuição na busca por commodities como um todo. Assim, a crise pode gerar uma queda na renda mundial, o que prejudicaria as exportações de commodities dos países emergentes, afetando, assim, sua renda. Com o dólar valorizado, os exportadores ficam mais competitivos, podendo haver queda das exportações brasileiras se o comércio mundial se retrair devido à contração da renda mundial gerada pela crise. As contas externas do Brasil podem ser afetadas e a economia do país pode enfrentar dificuldades. Entretanto, se a demanda não diminuir, a elevação do preço do dólar pode gerar um aumento da renda do campo, devido à maior remuneração do produtor.

A alta do dólar pode elevar a inflação brasileira, devido ao encarecimento dos insumos importados, podendo haver uma diminuição da oferta agregada se as importações diminuïrem. Deve também impactar em uma possível elevação da taxa de juros interna de modo que, mesmo com uma boa administração da crise, o que já se perdeu de crédito e capital no sistema financeiro basta para impor uma forte desaceleração. A maior parte da arrecadação do governo brasileiro vem da combinação de crescimento econômico acelerado com um sistema tributário pesado. Como é esperada uma desaceleração da economia mundial, incluindo o Brasil, e menos crescimento implica menos receita, a melhor estratégia no momento é cortar gastos, de modo que se a queda na arrecadação for muita, o governo estará preparado.

Há confiança no sistema brasileiro: o ex-ministro da Fazenda Bresser-Pereira afirmou que o sistema nacional bancário brasileiro é sólido e não está ameaçado pela crise norte-americana. O atual ministro Guido Mantega acredita que haverá quedas no preço das ações dos bancos brasileiros devido às repercussões do mercado, mas nada mais sério. Ele aposta na retração do crescimento mundial, mas esta não deve interromper o ciclo de crescimento do Brasil,

prevendo a tomada de medidas fiscais se necessário. O presidente do Banco Central brasileiro, Henrique Meirelles, afirmou que os bancos brasileiros possuem mais dinheiro que o recomendado pelo BC e não estão sujeitos ao crédito *subprime*, como os EUA. Ele sustenta que o Brasil está preparado para uma crise como essa tendo diminuído sua dívida internacional, aumentado suas reservas internacionais e se tornado credor externo. A BOVESPA, bolsa brasileira, tem sofrido com a crise, no entanto, o seu efeito não tem causado estrangulamento do consumo. O Brasil parece não sofrer com desconfiças ou grandes temores face ao futuro, sendo um sinal interessante disto o fato de a crise financeira vir sendo muito debatida nas seções de economia dos jornais brasileiros inclusive nas notícias de primeira página na véspera das eleições.

Cenários

Com a aprovação do plano de ajuda injetando centenas de bilhões na economia americana, o mercado financeiro pode se acalmar. Entretanto, a desconfiança sobre a estabilidade do mercado americano pode continuar por tempo indeterminado, e no longo prazo pode retraindo o crescimento econômico global e reduzir os investimentos externos, canalizando-os para ambientes de maior segurança, como títulos da dívida pública do país, ou investimentos em produtos de valor intrínseco, como ouro, prata e petróleo. A retração de crédito internacional, decorrente desse fluxo de capitais para outros focos de investimento, pode penalizar as economias emergentes. Entretanto, se as bolsas voltarem a seu patamar normal de funcionamento e a renda mundial não cair, as economias emergentes não precisam se preocupar com a retração do comércio internacional, que poderia afetá-las fortemente devido à queda no preço e na demanda das commodities. O aumento do custo de vida norte-americano e a conseqüente queda de demanda, no entanto, são fontes de preocupação, pois podem gerar queda na renda mundial, retraindo o comércio internacional, o que pode ser problemático para a economia dos emergentes dependentes da exportação de commodities.

A lição a ser tirada da crise é que não se deve permitir que a situação chegue a esse ponto, sendo que isto pode ser conseguido de duas maneiras: uma é permitindo que o mercado se auto-regule, mesmo nos momentos de crise; que indica ser um caminho com percalços mais dolorosos e agentes mais cautelosos. A outra forma de se prevenir crises desta magnitude é por meio da regulamentação e fiscalização. Se a história fizesse prever que o mercado não seria sustentado em momentos de crise, investimentos de risco seriam evitados, e os agentes econômicos seriam, em sua racionalidade, mais cuidadosos. Entretanto, o *path dependence*, ou os processos econômicos situados na história, faz prever que mesmo a economia norte-americana não é tão classicamente liberal para adotar esta estratégia, e a intervenção estatal vem para salvar o jogo liberal.

Referências

<http://plato.stanford.edu/entries/liberalism/>
<http://www.iep.utm.edu/p/polphil.htm>
<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/7648330.stm>
<http://www.cnbc.com/id/26940315>
http://www.stratfor.com/weekly/20080930_political_nature_economic_crisis
http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/09/25/em_alta_lula_decreta_fim_da_era_neoliberal_1937086.html

Recebido em 12/10/2008

Aprovado em 17/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, liberalismo

Key words: United States, financial crisis, liberalism

Resumo: o artigo trata da crise econômica. Ele analisa a ação do governo americano para tentar solucionar a crise.

Abstract: the article deals with the economic crisis. It analyses the action of the American government to try to solve the crisis.